

Urgência do entendimento nacional

Antônio Dias Leite

A maioria da opinião pública está convicta da deterioração da estrutura econômica do país que culminaria, para muitos, no desastre. Mas há no país atividade econômica e vitalidade, o que faz uma minoria pensar ser ainda tempo para — através de um plano econômico criativo e radical — levar a bom termo a transição política, tendo como fundamento a imposição de derrota frágil à inflação. Variam, para estes otimistas, as premissas das respectivas formulações. A meu ver, há que considerar concomitantemente novo ciclo de desenvolvimento e melhor repartição da renda. A necessária reversão das expectativas dependeria, nessa hipótese, da resposta conjunta e construtiva às seguintes quatro questões.

Por que o governo do presidente Sarney, que se lançou, através da ação coordenada dos ministros Mailson e Abreu, em séria tentativa de disciplina financeira ao nível da União, não se dispõe a complementar as medidas já tomadas com aquelas que de imediato ainda se fazem necessárias? E, ao contrário, vem defendendo a tese, para mim insustentável, de que outras providências só seriam tomadas em 1989?

Aparentemente as forças políticas no governo receiam não obter a aprovação, no Congresso, do que se faz necessário, temendo também a eventual repercussão negativa das reformas e das medidas econômicas e financeiras drásticas, sobre o encaminhamento das eleições, o que poderia conduzir a uma melancólica conclusão do atual governo.

Na realidade a timidez não evitaria o agravamento da crise e conduziria ao desastre econômico com reflexos diretos e arrasadores sobre o final do governo Sarney e, eventualmente — tal seja a dimensão da crise econômica — sobre a própria transição política.

Por que o Congresso Nacional, em-

penhado em garantir que a transição chegue a bom termo, não traduz o discurso em ação prática e não se propõe a oferecer ao governo a base política para a discussão, rápida e objetiva, do plano que se faz necessário? O senador Fernando Henrique, em recentes declarações, conclamou os partidos, favoráveis e contrários ao governo, a propiciarem as condições para que fosse votada e sustentada uma política econômica que evite o desastre que a maioria teme e que assegure a conclusão do processo de transição, mediante a imposição de derrota inofensável à inflação.

Os partidos estão em fase de auto-revisão. Há que reavaliar, ao nível das principais lideranças do Congresso, e com urgência, as condições em que a discussão do indispensável plano de emergência poderia ser feita. O término da tarefa constituinte torna possível a dedicação prioritária dos congressistas a essa nova tarefa. Mas a reunião de forças políticas teria que ser suficiente para impedir que as correntes demagógicas, existentes em todos os partidos, inviabilizem a iniciativa construtiva.

Por que os capitalistas e empresários, preocupados com um possível colapso da economia organizada, não se dão conta de que têm que oferecer contribuição efetiva para a conjuração da crise, em contrapartida ao que deva ser feito pelo Estado e pelos trabalhadores? Por que não traduzir o discurso anti-Estado e privatista de sua preferência em ação prática, adotando, espontaneamente, a atitude: de abrir mão de incentivos, subsídios e excessivas reservas de mercado; de adquirir em bloco e de uma só vez a totalidade das empresas a privatizar, hoje sob o controle da União, inclusive, por hipótese, através da permuta por títulos públicos; e de assumir a responsabilidade, os riscos de bons e maus negócios e a carga de trabalho que essa contribuição envolverá?

Por que nem todas as organizações trabalhistas que evoluíram positivamente e amadureceram nos últimos anos se deram conta de que a justa repartição da renda e o crescimento continuado do nível de salário real — a ser intransigentemente defendido — dependem da viabilidade econômica do país como um todo e do equilíbrio financeiro do Estado em particular e não podem ser alcançados instantaneamente por decreto? E que as promessas do discurso populista e irresponsável, infelizmente tão freqüente no cenário político, não correspondem às possibilidades reais da economia de um país ainda pobre no seu conjunto e a braços com tanta crise que há de ser vencida até o final deste governo?

Na hipótese de se caminhar para o entendimento, há que fazer um esforço de colocar na justa medida as reivindicações, evitando-se principalmente que ocorram competições entre grupos na busca de vantagens relativas que possam jogar por terra o indispensável combate à inflação e a preservação do nível de emprego, que são hoje objetivos prioritários, inclusive de uma política salarial exequível.

A questão do entendimento nacional e a resposta a essas dúvidas podem resultar da iniciativa de uma das partes envolvidas ou simultaneamente de todas, sabendo-se que diminuem a força econômica e o poder político do governo federal. Os primeiros encontros entre empresários e trabalhadores, a ação já exercida pelos atuais ministros da Fazenda e do Planejamento, e alguns pronunciamentos no Congresso, infelizmente ainda raros, são indícios promissores. O que aflige o observador atento para a evolução da crise é a ausência do sentimento de urgência.